



UM NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS

Engracia Manhães Gabriel de Brito Cavalcanti¹

Sharlys Jardim da Silva Santos²

RESUMO: Neste artigo, falaremos sobre o percurso histórico e o desenvolvimento da educação de jovens e adultos no Brasil, onde destacaremos as transformações sofridas na alfabetização por meio das contribuições e inovações propostas por Paulo Freire, que visam, sistematicamente, a mudança social por meio da educação de qualidade. Os dados foram obtidos por meio de um mapeamento bibliográfico.

Palavras-chave: Educação; Alfabetização de Jovens e Adultos; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem o seu trajeto histórico inserido num cenário econômico, social e político, atingindo uma ligação muito estreita entre trabalho e educação. No Brasil a realidade é muito diferente do que nos outros países. Tendo em vista as novas necessidades políticas e incisivas exigências como proposta a uma nova sociedade, realidades diversificadas de trabalhadores tem sido descobertas. Como o caso do público jovem que cada vez mais estão buscando pelo primeiro emprego e também os trabalhadores aposentados (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

Para entender o decurso histórico da EJA e a diversidade deste público, traçaremos uma linha histórica. O ponto de partida será o ano de 1960. Pois, este foi um momento de transformação do cenário político e social do Brasil. Sendo assim, segundo UNESCO (2008), por volta da década de 60 os programas que atendiam a alfabetização dos Jovens e Adultos se preocupavam com a educação e a cultura popular. Neste momento, destacam-se alguns movimentos: MEB³, MCP⁴, CPC⁵ e a CEPLAR⁶.

¹Psicóloga e Mestranda em Cognição e Linguagem pela Instituição Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

²Psicólogo e Mestrando em Cognição e Linguagem pela Instituição Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

³ Movimento Educação de Base.

⁴ Movimento com a Cultura Popular.

⁵ Movimento Popular de Cultura.

⁶ Campanha de Educação Popular.

O que se percebeu desde então, foi uma grande transformação que ocorreu na década de 60 em função da Ditadura Militar; um momento histórico que trazia por marca o comunismo sequenciado, a partir, dos movimentos acima citados. Após inúmeras transformações no campo educacional, neste mesmo ano, seria implantado o Plano Nacional de Alfabetização tendo Paulo Freire à frente. No entanto, como o seu exílio aconteceu neste mesmo ano, fica adiado este momento.

Segundo UNESCO (2008), no Regime Militar surge o MOBRAL⁷, que tinha como proposta a erradicação do analfabetismo. Mesmo abrangendo todo o território brasileiro, o projeto não consegue alcançar o seu intento. Entretanto, só com a promulgação da Constituição de 1988 que se restabeleceu o voto para o analfabeto. Ressurgindo também a preocupação com o estudo facultativo ao jovem, desta vez, com um número crescente de jovens e adultos sem alfabetização.

Tomada como base esta enorme quantidade de analfabetismo no país, os governos se reuniram e emanciparam a criação de novos projetos de destaque nacional, tais como: a Fundação EDUCAR, Alfabetização Solidária e Brasil Alfabetizado, que tem como proposta: a erradicação do analfabetismo com uma visão mais acolhedora para esta população.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM 1960

O ano de 1960 foi marcado por transformações políticas, econômicas, educativas e sociais, em vários países. Podemos citar com exemplo destas transformações o movimento de liberação da mulher, as modificações na estrutura familiar, a flexibilização da autoridade, as novas relações entre jovens, adultos e crianças, a emergência das questões ecológicas como práticas políticas, tudo isto fez com que esta geração fosse marcada com um “cunho heróico” servindo de base para referência de gerações futuras. No Brasil movimentos trabalhistas e populares para a Educação de Adultos começam a surgir informalmente através de ações criativas pelos animadores culturais através de formação política e preparação para o trabalho, neste momento as ações para a alfabetização de jovens e adultos se confundem com o cenário de transformações e mutações do capitalismo bem como com o contexto da reforma do Estado brasileiro.

[...] entender as reformas específicas do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico-profissional, infantil, de jovens e adultos, ou a própria política universitária, implica entender que essa é uma proposta global e orgânica. Desta forma, a política de ensino profissional se estrutura em cima

⁷ Movimento Brasileiro de Alfabetização

de uma concepção educacional, uma filosofia gerencial e uma política de financiamento que são os três eixos que orientam os projetos governamentais e em torno dos quais há um grande embate (FRIGOTTO, 1999, p. 6).

Considerando a década de 60 é possível verificar que a alfabetização desta faixa etária ocorre visando a alfabetização propriamente dita e também o fortalecimento da cultura popular, sendo eles: **MCP** – Movimento de Cultura Popular; **MEB** – Movimento de Educação de Base, **CPC** – Centro Popular de Cultura e **CEPLAR** – Campanha de Educação Popular (UNESCO, 2008).

O MCP foi criado em 60/64 por Miguel Arraes quando prefeito de Recife, posteriormente sendo governador do estado de Pernambuco, este movimento se expandiu para outras cidades para que as ações acontecessem eram utilizados os centros de cultura para, onde procuravam se utilizar de debates como metodologia bem como de outros métodos que eram tidos como inovadores para a época, tinha um compromisso efetivo com as classes populares, o que diferenciava este movimento e ações por ela praticada das práticas até então promovidas, faltou, porém recursos financeiros que possibilitasse a expansão deste movimento para cidades de outros estados brasileiros.

Em 61, acontece a criação do MEB, pela CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil) que através de transmissões em rádio disponibilizava conteúdos escolares bem como promovia a difusão religiosa. Este projeto obteve apoio do governo Federal através de cessão de funcionários e financiamentos. A proposta era associar conteúdos de alfabetização a iniciação de saúde e procedimentos técnicos de agricultura, era uma tomada de consciência da miséria do povo e uma proposta para a sua superação (FÁVERO, 1994).

Como já elencado acima, nesta mesma época surge o CPC, ação desenvolvida por artistas de Teatro que se preocupavam na disseminação cultural nas camadas pobres da população, sendo assim, levavam peças teatrais para que o povo adquirisse cultura, concomitantemente, ao processo de alfabetização.

Finalizando estas propostas surge também neste período o CEPLAR, que tinha como característica a utilização do Método de Paulo Freire, utilizando como tema central a realidade brasileira, principalmente a nordestina, as peças de teatro populares e círculos de cultura eram o mote deste movimento. Preconizava a conscientização da realidade debatendo sobre as dificuldades dela oriunda. É condição do homem ser um eterno aprendiz, mas como diz o provérbio popular e na cabeça deste sujeito martela: “papagaio velho não aprende

a falar”.

Todos estes movimentos, porém, se extinguem com o Golpe Militar em 64, pois o governo federal acreditava que estes movimentos eram subversivos e comunistas, por estarem ligados as camadas populares e fortalecerem a conscientização e preparação para o trabalho. Pois fazer educação para esta camada da população era visto como um fazer nada, diante de população tão miserável em todos os aspectos. Essa postura incrementa o preconceito contra seu público: adulto analfabeto, considerado “incompetente, marginal, culturalmente inferior” (FÁVERO, 2004).

Por um longo tempo os analfabetos foram excluídos do processo eleitoral, Lei Saraiva (1881), logo preparar esta camada da população para o voto, era dar a ele o direito de reivindicação e luta por melhores condições de vida. Esta condição foi alterada com a Constituição de 1988, dando ao analfabeto o direito ao voto de forma facultativa.

Diante do que estabelece a nova Constituição, a “educação é um direito de todos, e não mais, uma questão de gênero ou de classe social” (BRASIL, 1988). Mas, uma questão política à medida que, se houver investimento educacional em nosso país, sem dúvidas, o cidadão brasileiro, seja ele de qual classe social for, terá à possibilidade de reinserir-se na produção e/ou construção do conhecimento, e, bem como, desenvolver-se cognitivamente.

Paulo Freire foi cassado e exilado em 64, e, mesmo assim continuou sua luta por uma educação libertadora, no país em que nasceu e que suas idéias em períodos variados sofreram interrupções políticas e sociais.

Com financiamento do Governo Federal em 67 foi criado o MOBRAL, tendo como base a alfabetização funcional, instrumentalizando jovens e adultos com técnicas de leitura, escrita e cálculo, oportunizando a mudança a melhoria nas condições de vida desta população. Seu foco estava na população de 15 a 30 anos de idade, população ativa que deveria ser também preparada para o mercado de trabalho. Movimento que caracteriza o Regime Militar esteve presente em todo o território nacional e atuou por longo tempo.

Ao pensarmos no novo espaço escolar que atenda plenamente as novas expectativas do Jovem e do Adulto nelas inseridos, faz-se necessário (re)pensarmos em um lugar que possa favorecer não só a educação formal, mas também, propiciar o “desafiar” do educando sobre aquilo que está sendo comunicado em sua atuação profissional (FREIRE,1997). Oportunizando a este sujeito ter uma visão ampla do mundo em que vive.

A educação é ideológica à medida que devemos compreendê-la em seu contexto sócio-político, cultural e econômico. Pois, ela reproduz no sistema de ensino e nos níveis

hierárquicos de escolaridade, os papéis que seus egressos deverão desempenhar. Para Chauí (2001) a ideologia se origina da divisão da sociedade em classes e estas diferenças se estabelecem com a dominação de uma sobre a outra. Esta dominação ocorre na maioria das vezes quando uma idéia que a classe dominante produz torna-se comum a todos mesmo que aparentemente. Visto ser este um papel social que permanece desigual, e que oprime cada vez mais os indivíduos tornando-se naturalizado.

Para Paulo Freire (1997), o processo de educação é uma ação eminentemente humana e por assim dizer, uma forma de intervir no mundo. Esta compreensão explicita a natureza política do ato educativo exigindo do docente a atenção às necessidades do discente. Entendendo que não há neutralidade na educação, cabe ao educador, escolher e/ou assumir um papel onde ele atuará como agente transformador/colaborativo da desigualdade social.

É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão-de-obra técnica (FREIRE, 1997, p.88).

Entendendo a história como possibilidade e não como determinação. Freire (1997), situa o homem como agente transformador social, contudo, o que acontece é que a ideologia dominante se encarrega de operar uma deformação necessária à manutenção dos privilégios da elite. Segundo Haddad (2003), vivemos uma situação de dívida com esta população, o sujeito que não é alfabetizado ou mesmo que tenha frequentado bem pouco a escola, são pessoas que tiveram o seu direito violado, perdem a oportunidade de instrumentalização para pensar e desenvolver cognitivamente suas aptidões, e para lutar pelos direitos humanos plenamente.

A recessão econômica pôs fim ao MOBRAL, este era mantido exclusivamente pelo Governo Federal. Com o seu fim, a educação de jovens e adultos passou a ser responsabilidade dos Estados e municípios, sendo o governo federal apenas uma subsidiária financeira através da Fundação EDUCAR (1985, 1991), da Alfabetização Solidária (1998, 2002) e Brasil Alfabetizado (2003, 2007). A União se preocupa intensamente com as políticas de atendimento a esta população, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, implementando assim, ações diretas as questões curriculares, a formação de professores e na distribuição de material didático específico.

No ano de 2004, a União, com o objetivo de regulação das políticas, reúne a gestão de

Alfabetização de Jovens e Adultos em uma nova secretaria; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Propondo ações mais coerentes e eficazes, se preocupando em não favorecer a diminuição das dificuldades que ainda observamos no processo da Alfabetização de Jovens e Adultos (UNESCO, 2008).

EDUCAÇÃO COMO ATO DIALÓGICO E LIBERTADOR

Paulo Reglus Neves Freire nasce em 19 de setembro de 1921 no Recife, quarto filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire. Conclui seus estudos em sua cidade natal e logo ingressa na faculdade de Direito do Recife, em 1944 casa-se com Elza Maria da Costa Oliveira alfabetizadora leciona no setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria, cadeira de Filosofia da educação da Escola de Belas Artes, até que alfabetiza um grupo de trabalhadores rurais de Angico (1963), publicando *Alfabetização e Conscientização*.

A principal noção de Freire acerca da práxis educativa libertadora ancora-se em suas concepções acerca do ser humano e da construção da sociedade. Diante de seu olhar, estas instâncias são atravessadas por vários outros aspectos de igual importância, são elas as questões culturais, históricas, políticas, econômicas..., inferindo no homem padrões significativos de conduta, seja no âmbito social ou da aprendizagem.

De acordo com Freire (2005), a educação se torna possível pelo pressuposto de que só o homem tem de seu “inacabamento”. Sendo esta, uma condição básica para mover o homem ao processo de “inesgotamento” do ato de aprender, isto é o que move o homem, como sujeito, em sua incessante busca de “ser mais”.

Na busca constante pela aprendizagem este homem cria e recria, ao mesmo tempo em que repensa e age sobre o mundo com isso produz cultura, transformando constantemente o seu contexto, conferindo ao processo histórico um caráter dinâmico e mutável “Todo este mundo histórico-cultural, produto da práxis humana, se volta sobre o homem, condicionando-o. Criado por ele, o homem não pode, sem dúvida, fugir dele. Não pode fugir do condicionamento de sua própria produção” (FREIRE, 2005).

A consideração acima, nos remete a refletir sobre a importância de se reconhecer que “ele nunca é, mas está sempre sendo”, no mundo e com o mundo no qual se forma e se transforma constantemente.

O autor nos chama ainda a considerar o conceito de integração (FREIRE, 1979),

indicando que o homem integrado ao seu mundo é capaz de enraizar-se e refletir sobre sua própria situação, sendo desafiado a transformá-lo. É a integração que faz do homem um homem sujeito, desempenhando um papel de protagonista e de agente transformador na sociedade e que vive.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se está na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1979 p. 39).

A negação deste processo é denominada por este autor de acomodação ou ajustamento, situação que leva este homem ao processo de adaptação ao meio, submetendo-o às prescrições e aos comandos externos, aos quais ele docemente obedece, na maioria das vezes o torna alienado e alheios as modificações sociais. Tendo assim sua vocação humana negada: de homem-sujeito tornando-se homem-objeto. Dando-se com isso a “coisificação” e a “desumanização”, decorrentes da supressão de sua vocação humana que é a de integrar-se.

O autor nos chama a atenção de forma intensa sobre a necessidade da promoção da “leitura de mundo” este processo faz com que o homem não se deixe “massificar” e sim interferir na natureza cotidiana. A libertação é a passagem da desumanização para a humanização; da acomodação para a integração; do homem-objeto para homem-sujeito; do homem massificado para o homem inserido e engajado; do ser menos para o ser mais. Assim se faz a desconstrução da contradição opressores-oprimidos.

O desafio lançado por Freire é o de fazer com que provoquemos o “sobre o mundo” com esta ação reflexiva é possível a superação da contradição acima citada, pois a verdadeira ação consiste na problematização e transformação do mundo no processo contínuo da práxis.

existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutri-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado* aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar* (FREIRE, 1985 p.92).

Diante do exposto acima, percebemos que o diálogo é a práxis que estimula a consciência crítica fazendo do sujeito um ser pronunciante, oportunizando assim o aprofundamento analítico dos problemas do cotidiano, não se contentando com a superficialidade destas análises, reconhecendo a mutabilidade da realidade e fazendo o

possível para não conviver com os preconceitos.

Portanto, tendo por base a teoria freireana os educadores começam a “fazer-se críticos e, por isso, renunciam tanto ao otimismo ingênuo e aos idealismos utópicos, quanto ao pessimismo e à desesperança, e se tornam criticamente otimistas” (FREIRE, 1985).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o tema central deste artigo, foi possível concluir que a educação sofreu radicais transformações no seu decurso histórico. Consolidando-se apenas, após as intervenções de Paulo Freire, que propôs debater primordialmente em defesa de uma educação que privilegia uma visão mais ética e humana. Acreditando que a mudança social, ideológica e paradigmática está intimamente ligada ao respeito, à cidadania e à educação de qualidade.

Surgindo então uma necessidade de resgatar o otimismo, realimentar a esperança, sem deixar de pensar na denúncia e da crítica de questões fundamentais à inserção deste sujeito nas articulações e transformações sociais.

Paulo Freire representa uma ruptura que foi se forjando na maneira dominante de pensar as questões próprias da educação, posto que “papagaio velho não aprende a falar” provérbio já citado ao longo do texto, mas de forte impregnação preconceituosa frente a esta camada da população.

Este artigo se propõe a (re)lembrar a importância deste autor, conclamando os educadores a retomada de sua proposta tão significativa e eficaz a aprendizagem dos adultos. Ao implementarmos na prática tornamos possível a “virada” no alto índice de analfabetismo no Brasil e a urgente inserção dos “analfabetos” nas discussões sócio políticas e econômicas do país.

De acordo com esta proposta, é possível fazer valer as especificidades humanas, que, na concepção freireana, derivam da inconclusão do homem que o move em direção a uma livre e permanente busca.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 8 maio 2015.

BRASIL, Cristiane Costa. História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje. Disponível em <www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação como prática da realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, crise e trabalho**: Perspectiva no Final de Século: Vozes, 1998.

UNESCO. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**: a importância da alfabetização. Revista Eletrônica Saberes da Educação – v. 5 n. 1 – 2014. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf> Acesso em: 8 de maio 2015.